

### INFORME LEGISLATIVO

A Assessoria de Assuntos Legislativos da FIEMG envia periodicamente, os resultados das reuniões das Comissões Permanentes e Plenárias do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte. Seleccionamos apenas as proposições e assuntos de interesse da indústria.

#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### TERCEIRIZAÇÃO

##### **Câmara aprova a Regulamentação da Terceirização**

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou ontem o PL 4302/1998, do Poder Executivo, com parecer do deputado Laércio Oliveira (SD/SE). 232 deputados votaram pela aprovação, 188 pela rejeição e 8 deputados se abstiveram.

O projeto estabelece o marco legal da terceirização. Define a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação ao pagamento das obrigações trabalhistas dos empregados da empresa contratada, estabelecendo ainda que o recolhimento das contribuições previdenciárias deve ser feito nos termos da legislação própria.

Retirou-se a concessão de anistia aos débitos, penalidades e multas impostas com base nas normas da legislação modificada e que não sejam compatíveis com a proposta. Ainda, em relação às alterações na Lei de Trabalho Temporário, foi aprovada a possibilidade de desenvolvimento de atividades meio e atividades fim, na empresa tomadora de serviços.

Foram rejeitados todos os seis destaques apresentados pela oposição (PT, PDT, PCdoB e PSOL).

Em síntese, eles objetivavam:

- Incluir no texto a proibição da contratação de trabalho temporário para a substituição de trabalhadores em greve;
- A manutenção de autorização de contrato de trabalho temporário apenas para o trabalho urbano, e não rural;
- Retirar a disposição de que não existe vínculo de emprego entre a empresa tomadora e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário;
- Incluir a definição de empresa prestadora de serviços a terceiros como a pessoa jurídica de direito privado destinada a prestar à contratante serviços determinados e específicos, diversos da atividade econômica por esta desenvolvida;
- Estabelecer a responsabilidade solidária da empresa contratante.

A falta de legislação sobre serviços terceirizados gerava insegurança jurídica para as empresas, criando passivos trabalhistas e inibindo a criação de novos empregos.

O projeto aprovado estabelece o marco legal da terceirização e está alinhado com os princípios constitucionais do livre exercício da atividade e da interferência mínima do Estado no mercado.

### **A matéria segue para a sanção presidencial.**

O Sistema FIEMG, através da Assessoria de Assuntos Legislativos, continuará a acompanhar os temas e as proposições legislativas, defendendo os posicionamentos do setor industrial mineiro junto ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários através do e-mail: [legislativo@fiemg.com.br](mailto:legislativo@fiemg.com.br)

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
Assessoria de Assuntos Legislativos  
Contato: (31)3263-4368/4494